Iniciativa da CNseg, KfW e ICLEI busca ampliar a proteção contra desastres climáticos, incluindo moradores vulneráveis nas coberturas de seguros municipais

O seguro de estruturas públicas pode ser apenas o primeiro passo para uma proteção mais ampla contra desastres climáticos nas cidades brasileiras. Em três dos quatro municípios que participam de uma iniciativa coordenada pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), com apoio do banco alemão KfW e da rede internacional ICLEI, as prefeituras solicitaram que as apólices em desenvolvimento contemplem moradores em situação de vulnerabilidade atingidos por eventos extremos. A informação foi apresentada pelo presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, em painel realizado na Casa do Seguro, na COP31, em Antália, na Turquia.

O debate “Cidades resilientes ao clima e financiamento de riscos de desastres” reuniu representantes de entidades e empresas do setor segurador para discutir como governos, iniciativa privada e mercado de seguros podem atuar conjuntamente na redução de vulnerabilidades urbanas e na proteção de pessoas, empresas e infraestrutura.

Ao apresentar a experiência brasileira, Dyogo destacou que a baixa penetração do seguro residencial no país – cerca de 15% dos imóveis – torna insuficiente uma estratégia baseada apenas na contratação individual. Para ampliar a proteção, é necessário desenvolver soluções que contemplem cidades e regiões inteiras, inclusive pessoas que não têm condições de contratar uma apólice.

A CNseg também trabalha com a Associação Brasileira de Municípios para ampliar a conscientização de prefeitos sobre a importância dos seguros na gestão pública. Segundo Dyogo, muitas administrações municipais têm restrições orçamentárias e acabam priorizando outras despesas, deixando a prevenção em segundo plano. A proposta é estimular planos de ação que incorporem proteção financeira, preparação e redução de riscos.

Prevenção precisa entrar na agenda das empresas e das cidades

A necessidade de transformar a avaliação de riscos em medidas concretas de preparação foi destacada por Swenja Surminski, diretora-gerente de Clima e Sustentabilidade da Marsh. Segundo ela, uma pesquisa inicial com empresas turcas mostrou que metade havia realizado algum tipo de avaliação de riscos, mas apenas 30% tinham implementado planos de resiliência.

A executiva ressaltou que nem todas as medidas de preparação exigem grandes investimentos. Mapear vulnerabilidades, identificar fornecedores e rotas alternativas, proteger equipamentos e definir responsabilidades em emergências são algumas das ações que podem reduzir perdas. Para Surminski, o setor segurador também precisa demonstrar melhor o valor econômico da prevenção.

A Marsh trabalha com dez grandes cidades brasileiras para identificar riscos e avaliar alternativas de proteção. A empresa lançou um modelo de risco de enchentes para o Brasil no ano passado e outro para a Turquia neste ano. Essas ferramentas ajudam gestores a compreender sua exposição atual e futura e a avaliar quanto os investimentos em resiliência podem reduzir os prejuízos.

Bora Akdoğanlar, presidente do conselho da Corporate Risk Management Association (KRYD) e executivo da Nurol Holding, reforçou que as empresas não conseguem impedir a ocorrência de desastres, mas podem se preparar para seus efeitos. Para isso, precisam mapear suas dependências críticas, testar diferentes cenários e estabelecer planos de contingência. Ele citou medidas relativamente simples, como manter geradores, estoques de combustível e peças sobressalentes, além de definir previamente quem terá autoridade para tomar decisões durante uma emergência.

Enchentes expõem lacunas na proteção da Turquia

A experiência turca também evidenciou a distância entre os riscos enfrentados pela população e as coberturas disponíveis. Balkır Demirkan, secretário-geral do Turkish Natural Catastrophe Insurance Pool (TCIP), informou que o fundo, com 26 anos de atuação, oferece atualmente cobertura para terremotos. Após enchentes recentes em Istambul, no entanto, recebeu cerca de 500 ligações de pessoas interessadas em acionar o seguro por danos causados pelas inundações – um risco que ainda não está contemplado na proteção oferecida.

Segundo Demirkan, a demanda levou à inclusão da ampliação da cobertura para enchentes na agenda do governo. O fundo também estuda uma estrutura que permita incorporar outros riscos, como tempestades, granizo e incêndios florestais. Para o executivo, a proteção financeira contra catástrofes depende de uma parceria entre governo, fundos de seguros, seguradoras e resseguradoras, além da diversificação dos riscos e da ampliação da base de segurados.

Ele destacou ainda a importância da rapidez nos pagamentos após uma catástrofe. Como exemplo, citou a experiência do TCIP após o terremoto de Maraş, quando o fundo realizou o primeiro pagamento em 24 horas e processou 540 mil indenizações em nove meses.

Seguro paramétrico e informação para reduzir perdas

Outro tema discutido foi o potencial dos seguros paramétricos, que permitem pagamentos com base em indicadores previamente definidos, sem depender de uma avaliação tradicional dos danos. Surminski explicou que esse modelo pode agilizar indenizações e ampliar o acesso à proteção, inclusive para populações com menor acesso ao seguro convencional. A modalidade, porém, exige atenção ao chamado risco de base: a possibilidade de o indicador utilizado não refletir exatamente o prejuízo sofrido pelo segurado.

Nicolas Jeanmart, da Insurance Europe, defendeu que a ampliação da proteção também depende de informações mais claras sobre os riscos. Mapas de vulnerabilidade, sistemas de monitoramento e orientação sobre medidas preventivas podem ajudar famílias, empresas e municípios a compreender sua exposição e agir para reduzi-la. Ele também destacou o papel de incentivos para estimular investimentos em prevenção.

No Brasil, Dyogo apresentou o Hub de Inteligência Climática da CNseg, que reúne estudos, dados e uma ferramenta de consulta de riscos por endereço. A plataforma oferece informações sobre exposição a alagamentos, raios e vendavais, com previsão de incorporar também dados sobre seca. O objetivo é tornar os riscos mais visíveis para moradores, gestores públicos e mercado segurador.

Ao final do painel, os participantes convergiram sobre a necessidade de fortalecer a cultura de prevenção, aprimorar a informação disponível e integrar o seguro às estratégias de adaptação climática. A construção de cidades resilientes, ressaltaram, exige ação antes da ocorrência dos desastres, com responsabilidades compartilhadas entre governos, empresas, comunidades e o setor segurador.

Fonte: CNseg, em 12.11.2026.